

1. Resposta: A

- a) Correta. Os bandeirantes também desempenhavam o “Sertanismo de Contrato”, isto é, a formação de expedições para destruição de quilombos ou ataque a grupos indígenas hostis. Um exemplo é a bandeira de Domingos Jorge Velho em 1692, responsável pela destruição de Palmares.
- b) Incorreta. O ataque contra nações europeias invasoras não era responsabilidade dos bandeirantes, mas sim da própria autoridade portuguesa.
- c) Incorreta. Os bandeirantes não desempenhavam função policial. Normalmente, estavam vinculados à busca por metais preciosos, à exploração do território, ao apresamento de indígenas, à destruição de quilombos e à busca por escravos fugidos.
- d) Incorreta. O ataque a territórios e nações estrangeiras era desempenhado por forças regulares da coroa portuguesa, e não por bandeirantes.

2. Resposta: C

- a) Incorreta. A leitura do excerto revela que os vadios tinham uma utilidade na sociedade mineradora, ao contrário de outras regiões, onde causavam “preocupações constantes” às autoridades.
- b) Incorreta. O texto revela a presença de um número considerável de vadios nas Minas Gerais, o que invalida a informação de que estes foram “impedidos de ingressar nas Minas Gerais”.
- c) Correta. O texto-base destaca uma tolerância maior das autoridades das Minas Gerais com os vadios, considerando-os úteis para aquela região. Isso se dá pela ampla necessidade da sociedade mineradora de trabalhadores em atividades diversas, como o comércio, a busca por escravizados fugidos, o garimpo e o policiamento da região.
- d) Incorreta. Contratador era o nome dado aos mineradores que ganhavam autorização para a exploração de diamantes no Distrito Diamantino. Normalmente, empregavam escravos para a exploração da pedra preciosa, sendo incorreto sugerir que a suposta opção por vadios teria gerado uma revolta de trabalhadores “especializados”.
- e) Incorreta. Embora seja correto sugerir que os vadios estavam envolvidos no contrabando do ouro, a alternativa não está alinhada às colocações do texto base, que destaca a importância e utilidade dos vadios nas Minas Gerais.

3. Resposta: A

- a) Correta. Conforme o texto destaca, “a todos os que se embarcam no mesmo navio, chamam malungos”. Portanto, segundo o texto, trata-se de um laço de solidariedade formado entre africanos de diferentes etnias que embarcavam no mesmo tumbreiro (navio negreiro).
- b) Incorreta. A afirmativa não condiz com o texto base. Afinal, segundo o sermão de Padre Vieira, “os que servem na mesma casa, chamam parceiros”, e não malungos.
- c) Incorreta. A afirmativa não condiz com o texto base, que associa malungos à experiência compartilhada de atravessar o atlântico num mesmo navio negreiro.
- d) Incorreta. O texto não faz qualquer menção a quilombos, isto é, comunidades de escravizados fugidos.

4. Resposta: A

- a) Correta. A Revolta do Malês é considerada uma das mais importantes rebeliões escravas na história do Brasil. Trata-se de uma revolta composta primordialmente por escravizados de origem muçulmana, chamados de “imalês” na língua iorubá. Como falavam árabe e até detinham conhecimentos de escrita nesta língua, conseguiam estabelecer uma comunicação eficiente e discreta das autoridades entre si. Em sua revolta, tinham como objetivo combater a escravidão como ela era praticada no Brasil até então, além de combater a imposição do catolicismo e a vingança contra os brancos, além de negros e mulatos “traidores”. Alguns autores também defendem que os revoltosos buscavam organizar um “Califado Islâmico” na Bahia, embora este ponto não seja consensual na historiografia.
- b) Incorreta. Ainda que tenha sido protagonizado principalmente por escravos urbanos de Salvador, sua pauta principal não envolvia o direito de compra de alforria. Propunham mudanças mais amplas na maneira que o escravismo existia em Salvador e a contestação da imposição religiosa do catolicismo.

- c) Incorreta. A Revolta foi concebida e composta por escravos e libertos, sem grande adesão da população livre.
- d) Incorreta. A Revolta do Malês não exigia maior autonomia às províncias, diferente de outras revoltas regenciais, como a Sabinada ou a Guerra dos Farrapos.
- e) Incorreta. O fracasso da Revolta do Malês se deu por delações feitas às vésperas da Revolta, que permitiu algum preparo das autoridades de Salvador frente ao movimento. Ainda assim, a Revolta ocorreu e chegou a tomar o controle de parte de Salvador, embora tenha sido combatida no mesmo dia.

5. Resposta: B

- a) Incorreta. A introdução de uma cultura que estimulasse a colonização ocorreu a partir da década de 1530, com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa. Ganhou maior ênfase a partir de 1549, com a instalação do governo geral. Portanto, não corresponde ao período do Pau-Brasil, datado do intervalo de 1500 a 1530.
- b) Correta. O período de extração do Pau-Brasil corresponde ao contexto pré-Colonial, quando a Coroa Portuguesa ainda não buscava a efetiva colonização do Brasil. Como ainda estava voltada ao lucrativo comércio de especiarias com o Oriente, a América Portuguesa permaneceu com uma importância secundária para a metrópole, voltada apenas para a extração do Pau-Brasil e para seu armazenamento em feitorias (entrepostos comerciais litorâneos).
- c) Incorreta. Após o Tratado de Tordesilhas (1494), a Espanha não apresenta interesse particular nas terras da América Portuguesa. Como encontrou metais preciosos em sua porção da América, sua atenção ficou voltada para as regiões mineradoras e para os ganhos da extração dessa riqueza.
- d) Incorreta. A extração do Pau-Brasil foi caracterizada pelo trabalho indígena através do escambo. A sistematização da escravidão ocorreu apenas mais tarde, especialmente no contexto açucareiro e colonial do Brasil.
- e) Incorreta. A atividade missionária ainda era reduzida nesse contexto. A chegada dos jesuítas ganha maior ênfase com o início do projeto colonizador de Portugal, ou seja, na década de 1530 em diante.

6. Resposta: B

- a) Incorreta. O texto relata o impedimento de um indivíduo em tomar posse de um cargo na administração local, sem qualquer menção à Igreja ou à primazia desta em solucionar conflitos.
- b) Correta. O excerto destaca um caso de contestação de eleição de um homem para a Câmara de Cachoeira, na Bahia. Alegava-se que ele não tinha um histórico de sangue comprovado, o que afetaria a reputação pública dele enquanto “homem-bom”, o que restringia seu direito de participação efetiva neste órgão.
- c) Incorreta. Embora cite que o indivíduo tivesse formação universitária, não há qualquer menção no texto à educação pública nos núcleos urbanos. Vale destacar que o Brasil só teve seus primeiros cursos superiores no século XIX, criados após a vinda da Família Real para o Brasil.
- d) Incorreta. O texto não cita aspectos ligados à alforria no Brasil, mas sim o impedimento de um cidadão de tomar posse na Câmara de Cachoeira, na Bahia.
- e) Incorreta. O documento revela aspectos ligados à posse em cargos públicos administrativos, não à associações privadas no mundo dos negócios.

7. Resposta: D

- a) Incorreta. O Tribunal do Santo Ofício não tinha como função “assegurar” o reconhecimento do poder metropolitano pelos nativos, isto é, pelos ameríndios. Visitavam o Brasil para investigar práticas heréticas e supostos desvios de conduta do mundo católico, sem direta relação específica com a obediência política por indígenas.
- b) Incorreta. Ainda que a Igreja tenha desempenhado funções administrativas importantes, ela não poupou os custos do Estado Português. Afinal, a Igreja recebia contribuições do Estado Português, o que representava um custo importante para os cofres de Portugal no projeto colonial.



c) Incorreta. As bandeiras eram expedições militares contratadas por particulares, sobretudo proprietários de terras e escravos no Brasil colonial.

d) Correta. A Igreja foi fundamental para a manutenção da estrutura colonial, sobretudo na catequização dos indígenas, na educação e religiosidade dos colonos e também para exercer aspectos administrativos na colônia. Sobre este último ponto, a Igreja era responsável pela administração de cemitérios, realização de casamentos, além de registros de mortes e nascimentos no Brasil.

e) Incorreta. Embora os Jesuítas combatessem a escravização ilegal de indígenas, esses religiosos e a Igreja não foram contrárias à escravização de africanos. Pelo contrário, contribuíram para sua legitimação política e religiosa através de interpretações específicas de trechos bíblicos.

8. Resposta: C

a) Incorreta. As reduções jesuíticas não atuaram especialmente na região das Minas Gerais. Elas tiveram maior proeminência em regiões como a Amazônia e o Sul da América Portuguesa.

b) Incorreta. Não é correto sugerir que o avanço da colonização em territórios antes indígenas levou à formação de áreas de “agricultura de subsistência”. O território tomado dos povos nativos eram voltados sobretudo para a atividade agropastoril extensiva, seja a de açúcar, seja àquelas voltadas para apoiar o cultivo de cana – como a pecuária ou a mandioca, por exemplo.

c) Correta. A Guerra Justa era um mecanismo legal que determinava as condições válidas para a escravização de indígenas. Entre seus argumentos, era legítimo escravizar nativos em situações de hostilidade aos portugueses, de recusa ao catolicismo e de antropofagia (canibalismo). Nesses casos, os indígenas poderiam ser legalmente escravizados e utilizado no trabalho em lavouras coloniais.

d) Incorreta. A Guerra Justa legitimava situações de escravização do indígena, o que contraria a afirmação de que eles se tornariam “cidadãos” na lógica portuguesa.

9. Resposta: A

a) Correta. De acordo com o texto, o patrimonialismo da colonização portuguesa se caracterizava pela interseção entre os bens públicos e privados, uma prática bastante difundida na época. As Capitânicas Hereditárias, por sua vez, eram extensões de terras da colônia concedidas a particulares, especialmente membros da pequena nobreza portuguesa. Estes detinham tanto direitos quanto deveres de exploração dessas terras, atuando simultaneamente como administradores públicos e legítimos proprietários. Portanto, trata-se de uma situação na qual o capitão donatário exercia autoridade pública sobre um bem público (a terra), enquanto buscava explorá-la para seus interesses particulares.

b) Incorreta. O ato de catequizar dos indígenas não exemplifica uma situação clara de mistura entre bens particulares e bens privados, mas sim de ação religiosa no território colonial.

c) Incorreta. O sistema de plantation em si trata de uma forma adotada para a cultura de produtos como o açúcar, e não uma situação clara de mistura de patrimônio público e privado.

d) Incorreta. As reduções jesuíticas eram espaços da Igreja Católica, não exemplificando uma situação em que os bens públicos e privados se misturam.

e) Incorreta. O tráfico de escravos era um negócio especificamente voltado ao mundo privado, não exemplificando uma situação de patrimonialismo.

10. Resposta: A

a) Correta. A ocupação holandesa no Nordeste decorreu do interesse dessa nação em retomar a participação nos negócios do açúcar. Afinal, com a União Ibérica, os holandeses foram excluídos dos negócios do açúcar da América Portuguesa, tendo em vista que a nova situação política faz da Holanda uma adversária geopolítica de Portugal graças à União dos reinos ibéricos.

b) Incorreta. A invasão do Nordeste tinha interesses econômicos vinculados à produção de açúcar, e não um esforço de colonização da Holanda.

c) Incorreta. As minas de ouro na América Portuguesa foram descobertas apenas posteriormente, na virada do século XVII para o XVIII. Por sua vez, a invasão holandesa no Brasil ocorreu em meados do século XVII.

d) Incorreta. Pelo contrário, a invasão holandesa ocorreu na área mais densamente povoada da América Portuguesa. Primeiro, tentou ocupar a cidade de Salvador, sem sucesso. Em seguida, concentrou seus esforços na tomada de Pernambuco, estendendo seus domínios do Sergipe até o Maranhão.

e) Incorreta. A ocupação holandesa visava os negócios de açúcar, e não a mineração da América Espanhola.

